



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 55/2022

Ao(s) _____ dia(s) do mês de _____ de dois mil e vinte e dois, a CÂMARA DOS DEPUTADOS, situada na Praça dos Três Poderes, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o n. 00.530.352/0001-59, daqui por diante denominada CÂMARA, e neste ato representada por seu Diretor-Geral, o senhor CELSO DE BARROS CORREIA NETO, brasileiro, residente e domiciliado em Brasília - DF, e a E. O. DA SILVA MULT TENDAS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ALUGUEL DE TENDAS ME, situada no SEES Quadra 14, Lote 25, Sobradinho - DF, CEP 70320-402, telefones (61) 3487-1926 / (61) 99986-4480, e-mail multitendas@gmail.com, inscrita no CNPJ sob o n. 09.529.152/0001-50, e neste ato representada por seu Proprietário, o senhor ELI OLIVEIRA DA SILVA, residente e domiciliado em Sobradinho - DF, lavram a presente Ata, em conformidade com o processo em epígrafe, referente ao Pregão Eletrônico para Registro de Preços n. 138/2022, com a Lei n. 8.666/1993, com a Lei n. 10.520/2002, e com o Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa n. 80/2001, com o Regulamento do Sistema de Registro de Preços, doravante denominado RSRP, aprovado pelo Ato da Mesa n. 34/2003, com o Decreto n. 7.892/2013, e com a proposta vencedora oferecida para os itens do objeto do Pregão Eletrônico para Registro de Preços n. 138/2022, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DOS PREÇOS REGISTRADOS

A finalidade da presente Ata é o Registro de Preços para locação de grades de proteção para isolamento de área, com escoramento e fixação ao solo, incluindo montagem e desmontagem, de acordo com o quadro a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO R\$
ÚNICO	LOCAÇÃO DE GRADE DE PROTEÇÃO	M	60.000	2,45
TOTAL DA EMPRESA: R\$ 147.000,00				

Parágrafo único – Registra-se que não houve manifestação de empresa licitante que aceitasse cotar os bens em valor igual ao da empresa vencedora para formação de cadastro de reserva.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O serviço de locação grade de proteção deverá ser efetuado por requisição da Câmara dos Deputados, mediante emissão de Requisição de Prestação de Serviços por e-mail, conforme modelo constante do Anexo n. 6 do Edital do Pregão em tela, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas do horário de início de sua prestação.

Parágrafo primeiro – A confirmação do recebimento da Requisição de Prestação





CÂMARA DOS DEPUTADOS CENTRAL DE COMPRAS

ARP n. 55/2022
Pregão Eletrônico n. 138/2022
Processo n. 666.174/2022

de Serviços pela signatária deverá ser obtida pela Câmara dos Deputados imediatamente após o envio.

Parágrafo segundo – A signatária receberá a Requisição de Prestação de Serviços acompanhada de arquivo contendo representação gráfica com a área de montagem.

Parágrafo terceiro – A Requisição de Prestação de Serviços deverá informar a data, o horário e o local da prestação dos serviços.

Parágrafo quarto – O preço unitário refere-se ao valor do metro por 2 (duas) diárias.

Parágrafo quinto – Os materiais serão entregues na Câmara dos Deputados, em Brasília-DF, e montados conforme representação gráfica encaminhada junto com a Requisição de Prestação de Serviços.

Parágrafo sexto - Os serviços de montagem, desmontagem e retirada das grades serão executados, na sua maioria, em dias úteis, em horário compreendido entre 7h e 22h.

Parágrafo sétimo - A critério da Câmara dos Deputados, os serviços poderão ser executados no período noturno e nos finais de semana e feriados.

Parágrafo oitavo - A Câmara dos Deputados proverá o acesso da signatária aos locais de montagem das grades de proteção.

Parágrafo nono - As grades de proteção serão vistoriadas, no momento da montagem, por servidor do Órgão Responsável, quando serão observadas as condições gerais do objeto solicitado, em especial relacionadas à qualidade e à quantidade.

Parágrafo décimo - Caso o material não atenda às especificações do Edital, ou seja, entregue em qualidade e quantidade diferente da solicitada, a signatária deverá sanar as irregularidades, observado o horário de início da prestação do serviço definido na Requisição.

Parágrafo décimo primeiro – Caberá à signatária o recolhimento dos materiais entregues que não tenham sido aprovados pelo Órgão Responsável.

Parágrafo décimo segundo – A signatária garantirá a qualidade do produto entregue durante o período de locação, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito, no prazo máximo de **2 (duas) horas**, contadas da notificação do Órgão Responsável.

Parágrafo décimo terceiro – As grades de proteção deverão ser desmontadas e retiradas em até **24 (vinte e quatro) horas**, contadas do término das diárias constantes da Requisição de Prestação de Serviços.

Parágrafo décimo quarto – O não fornecimento dos materiais requisitados ou o atraso na entrega ou na montagem serão comunicados ao Departamento de Material e Patrimônio da Câmara dos Deputados e, após 3 (três) ocorrências, poderá ser solicitado o cancelamento da Ata de Registro de Preços pelo Órgão Responsável.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CRITÉRIO DE REVISÃO DE PREÇOS

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens





registrados, nos termos do art. 13 do RSRP c/c o Capítulo VIII do Decreto n. 7.892, de 2013.

CLÁUSULA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

A signatária terá seu registro cancelado, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis, quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a respectiva Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Câmara dos Deputados, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) houver razões de interesse público para o cancelamento.

Parágrafo primeiro – Em caso de cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, serão assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo segundo – A signatária poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado, que venha comprometer a perfeita execução de suas obrigações.

Parágrafo terceiro – O Registro de Preços poderá ser cancelado ainda nas hipóteses previstas no artigo 126 do RPL.

CLÁUSULA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

Parágrafo primeiro – As sanções serão aplicadas com observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório.

Parágrafo segundo – A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da signatária de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros.

Parágrafo terceiro – A signatária que ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação, não manter a proposta, faltar ou fraudar com suas obrigações estipuladas no Edital, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal poderá, após regular processo de apuração de responsabilidade, ficar impedida de licitar e de contratar com a União, com descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo de multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

Parágrafo quarto – Pelo descumprimento de outras obrigações assumidas, considerada a gravidade da transgressão, serão aplicadas as sanções previstas no artigo 87 da Lei 8.666, de 1993, de acordo com o estabelecido nas alíneas de “a” a “d” do item 5 do Anexo n. 3 do Edital.

Parágrafo quinto – A signatária será também considerada em atraso se prestar os serviços em desacordo com as especificações e não corrigir as inconsistências





apresentadas dentro do período remanescente do prazo de execução fixado na proposta.

Parágrafo sexto – Na hipótese de abandono da Ata de Registro de Preços, a qualquer tempo, ficará a signatária sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor remanescente da Ata de Registro de Preços, nele incluído o valor total do serviço requisitado e não realizado, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

Parágrafo sétimo – Os valores relativos a multas aplicadas e a danos e prejuízos eventualmente causados serão descontados dos pagamentos devidos pela Câmara dos Deputados ou recolhidos pela signatária à Coordenação de Movimentação Financeira, dentro de cinco dias úteis, a partir da sua notificação por carta, ou ainda, cobrados na forma da legislação em vigor.

Parágrafo oitavo – Pelo não cumprimento das obrigações contratuais, ou execução insatisfatória dos serviços, omissão e outras faltas não justificadas ou se a Câmara dos Deputados julgar as justificativas improcedentes, poderão ser impostas à signatária, ainda, multas por infração cometida, limitadas, em qualquer caso, a 10% (dez por cento) do valor da Ata de Registro de Preços, observados, sempre, a reprovabilidade da conduta da signatária, dolo ou culpa e o disposto no parágrafo anterior e sopesados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, de acordo com a tabela constante do item 10 do Anexo n. 3 do Edital.

CLÁUSULA SEXTA – DA PARTICIPAÇÃO E ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇOS

Esta Ata poderá, durante sua vigência, ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal e demais entidades por elas controladas, mediante prévia solicitação dirigida a este Órgão, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n. 8.666/1993 e no Decreto n. 7.892/2013, alterado pelo Decreto n. 9.488/2018, c/c o Ato da Mesa n. 34/2003.

Parágrafo primeiro – A signatária deverá ser consultada sobre a solicitação de adesão à Ata, observadas as condições nela estabelecidas, assim como no Edital em tela e a na legislação relativa às licitações, manifestando-se sobre a possibilidade de atender às aquisições ou contratações adicionais, sem acarretar prejuízos às obrigações assumidas com a Câmara dos Deputados.

Parágrafo segundo – As aquisições ou contratações a que se refere esta cláusula não poderão exceder a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados nesta Ata, sendo limitadas a 50% (cinquenta por cento) por órgão ou entidade, ficando sua utilização sujeita à expressa anuência deste Órgão e concordância da signatária.

Parágrafo terceiro – Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

Parágrafo quarto – Competem ao órgão não-participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pela signatária das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias





**CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRAL DE COMPRAS**

ARP n. 55/2022
Pregão Eletrônico n. 138/2022
Processo n. 666.174/2022

contratações, informando as ocorrências a este Órgão.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE VALIDADE

O prazo de validade improrrogável desta Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Parágrafo único – A signatária explicita o compromisso da manutenção dos preços registrados, pelo prazo de 12 (doze) meses, ressalvadas as hipóteses do art. 13 do RSRP c/c Capítulo VIII do Decreto n. 7.892/13.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O Edital e seus anexos, bem como a proposta da signatária, integrarão a Ata de Registro de Preços, como se nela estivessem transcritos.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para decidir demandas judiciais decorrentes do cumprimento desta Ata.

E por estarem assim de acordo, as partes assinam a presente Ata com 5 (cinco) páginas.

Brasília, de de 2022.

Pela CÂMARA:

MAURO LIMEIRA MENA
BARRETO:48427861168

Assinado de forma digital por
MAURO LIMEIRA MENA
BARRETO:48427861168
Dados: 2022.12.15 14:43:30 -03'00'

Celso de Barros Correia Neto
Diretor-Geral

Pela EMPRESA VENCEDORA:

E O DA SILVA MULT TENDAS
PRESTACAO DE SERVICO
DE:09529152000150

Assinado de forma digital por E O DA
SILVA MULT TENDAS PRESTACAO DE
SERVICO DE:09529152000150
Dados: 2022.12.14 18:08:29 -03'00'

Eli Oliveira da Silva
Proprietário

